



Arganil
21
F. F. F.

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

De acordo com as competências previstas nas alíneas a) e c) do artg. 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o respetivo Conselho Fiscal / Definitório reuniu, no dia 9 de Novembro de 2016, pelas 17 horas, no Salão Nobre da Instituição, tendo como propósito analisar e emitir parecer sobre o Plano de Atividades / Programa de Ação e Orçamento para o ano de 2017.

Após a análise do documento em causa e obtidos os esclarecimentos necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de apoio, destacamos os objetivos inscritos no mesmo:

- 1. Dar continuidade aos esforços de requalificação dos espaços integrados no Complexo Social;**
- 2. Manter as parcerias com o Setor Estado, ao nível da área da Cooperação;**
- 3. Promover a Mata das Misericórdias como espaço de lazer, cultura e desporto;**
- 4. Manter a formação interna e externa para os respetivos colaboradores;**
- 5. Procurar dar início aos trabalhos de remodelação e requalificação do antigo Hospital Condessa das Canas;**
- 6. Procurar dar início ao processo de recuperação do Cineteatro Alves Coelho;**
- 7. Manter a oferta de uma agenda cultural e artística;**
- 8. Promover a Sustentabilidade da Misericórdia;**
- 9. Valorização do Património.**

Conhecido o plano que os sustenta, o Conselho Fiscal / Definitório entendeu atribuir concordância ao mesmo, procedendo à análise das previsões económicas para o ano de 2017.

No campo dos rendimentos verificou-se que a Instituição estabeleceu um total de dois milhões, setecentos e trinta e dois mil, setecentos e quarenta e cinco euros (2.732.745,00€), o que representa um crescimento de 1,11%, ou seja, mais vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e três euros (29.953,00€) face ao orçamento do ano anterior.

Constatou-se que esse crescimento resulta, entre outros aspetos, de uma previsão de atualização dos acordos de cooperação com o MTSS em mais 1%.

27/03/2017
F. A. A. A.

A inclusão da possibilidade de revisão do acordo de cooperação para o SAD, com uma majoração do apoio recebido, continua a ser mantida como previsão, apesar de, até ao momento, não ter sido concretizado, face ao orçamento de 2016.

Na rubrica dos rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros, constatou-se um aumento de cerca de mais 37%, face ao ano anterior.

Detetou-se serem dois os fatores que sustentaram a previsão desse crescimento.

O primeiro resulta do aumento do valor das rendas graças à inclusão de património para esse fim. O segundo está relacionado com a possibilidade de alienação de imóvel, mediante a autorização da Assembleia Geral a conceder em Março do próximo ano.

Contudo, não pode deixar de ser registado o fim do programa das Cantinas Sociais, o qual representava uma receita previsível de sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta e oito euros (68.438,00€), tendo como referência o orçamento de 2016.

Esta perda representa, simultaneamente, a perda de recursos para as diversas instituições locais, na medida em que parte deste montante era transferido para outras diversas entidades, no âmbito de protocolos de colaboração celebrados com a Misericórdia.

Pela positiva regista-se a previsão do aumento das receitas para a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação, em cerca de mais sessenta e três mil, quinhentos e quarenta e dois euros (63.542,00€), quando comparado com 2016, o que possibilitará anular a perda de receitas associado ao programa das Cantinas Sociais.

Do lado dos gastos as previsões vão no sentido destes apresentarem um crescimento de 1,06%, ou seja, mais vinte e oito mil, setecentos e dezasseis euros (28.716,00€), estimando-se para o ano de 2017 um total de despesas de dois milhões, setecentos e trinta e um e cinquenta e quatro euros (2.731.054,00€), sendo que a projeção realizada levou em linha de conta o valor previsto para a inflação, neste caso 0,7%.

O maior crescimento no campo dos gastos, isto em termos de valor, está relacionado com o pessoal, na medida em que, face ao orçamento de 2016, prevê-se um aumento de cento e vinte quatro mil, quatrocentos e vinte e dois euros (124.422,00€).

Neste caso o crescimento será de 8,5%, motivado pela inclusão dos colaboradores que transitaram da Clifiargus para a Misericórdia, sem esquecer a atualização do Salário Mínimo Nacional, passando de quinhentos e trinta euros (530,00€) para quinhentos e cinquenta e sete euros (557,00€).

Há ainda a registar a redução de oitenta e sete mil e seiscentos euros (87.600,00€), face ao orçamento de 2016, na rúbrica dos trabalhos subcontratados, no qual se incluía a Fisioterapia que passou a ser desenvolvida pela Misericórdia, sem o recurso a entidades externas.

Assim, tendo em conta o total de rendimentos, face ao total de gastos, a previsão do resultado para 2017 é de mil, seiscentos e noventa e um euros (1.691,00€) positivos.

Quanto a investimentos é estimado um valor de oitocentos e vinte mil euros (820.000,00€), distribuídos por Cineteatro Alves Coelho, antigo Hospital Condessa das Canas, Escola do paço Grande, remodelação do Complexo Social, bem como a apresentação de uma candidatura aos fundos comunitários, tudo isto condicionado à realização de receitas extraordinárias.

Essas receitas extraordinárias encontram-se dependentes da venda da Quinta dos Bons Dias, aprovada pela Assembleia Geral de 2006, mas por força da questão jurídica que sobre esse imóvel pendia, apenas agora poderá ser possível a respetiva viabilização, conforme descrito na Assembleia Geral realizada em Março do ano corrente.

Poderemos ainda verificar que o total do esforço da Misericórdia, realizado através de capitais próprios (outros), resultantes das eventuais receitas extraordinárias, será de seiscentos e sessenta e dois mil, oitocentos e vinte e cinco euros e dezasseis cêntimos (662.825,16€).

O Conselho Fiscal conclui, que as estimativas realizadas mostram-se consentâneas com a realidade e adequadas aos objetivos definidos pelo que, deliberou, **por unanimidade, dar parecer positivo ao Plano de Ação e Orçamento para 2017, sugerindo a aprovação em Assembleia Geral, reconhecendo, desde já, o esforço da Mesa Administrativa e serviços técnicos na boa elaboração dos documentos, para os quais solicita a aprovação de um voto de louvor pelo trabalho realizado.**

Arganil, 9 de Novembro de 2016

O Conselho Fiscal

Maria Bixete Alves Costa Jorge
Maria Luísa de Almeida Faria Martins
Fernando Neves Afonso